

Termo de Referência 8/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2023	113601-IPEA-INSTIT.DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA/DF	ADRIANA HAYUMI BERBEL ITO	28/04/2023 17:03 (v 2.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;	113601-16/2023	03001.000335/2023-19

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de seguro patrimonial mobiliário e imobiliário contra riscos de incêndio, incluindo a cobertura para incêndios provocados por danos elétricos, vendaval, furacão, tornado e granizo, responsabilidade civil operações, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento, inundações, derramamento acidental de sprinklers, para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Prestação de serviços de seguro patrimonial mobiliário e imobiliário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), localizados na cidade de Brasília, Endereço: SEPS 702/902 CONJUNTO C, TORRES A e B, ASA SUL - Brasília-DF, CEP 70390-025.	13943	UN	01
2	Prestação de serviços de seguro patrimonial mobiliário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada localizado na cidade do Rio de Janeiro, Endereço: Avenida Presidente Vargas, 730 - 16 ao 19 Andar Edifício Banco Central, Bairro: Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20000-001	13943	UN	01

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33892175000100-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 13/02/2023

III) Id do item no PCA: 5

IV) Classe/Grupo: 713

V) Identificador da Futura Contratação: 113601-16/2023

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade não se aplicam na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se à emissão de apólice de seguro patrimonial.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação não há a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, por emissão de apólice de seguro patrimonial.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. 03001.000335/2023-19, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se à emissão de apólice de seguro patrimonial.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Este item não se aplica, considerando não se tratar de aquisição de bens por parte da Administração.

Subcontratação

4.5. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Trata-se de contratação de seguro patrimonial mobiliário e imobiliário por meio de emissão de apólice.

Vistoria

4.7. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.*

4.8. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 02 (dois) dias do recebimento da nota de empenho;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. O período de cobertura deverá ser de tipo 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);

5.1.4. Cronograma de realização dos serviços:

a) a licitante vencedora fica obrigada a expedir e efetuar a entrega da **minuta** da Apólice de Seguro no prazo de 02 (dois) dias corridos após o recebimento da nota de empenho;

b) a contratante deverá realizar a conferência da apólice e **no prazo de 05 (cinco) dias** contados do recebimento provisório, **será recebida definitivamente**, conforme condições estabelecidas no item 7 deste Termo de Referência;

c) a contratada deverá enviar nova proposta à contratante para renovação da apólice, pelo menos três meses antes do vencimento da apólice vigente, para aprovação e encaminhamentos necessários por parte da administração.

5.1.5. Etapa para cobertura do seguro será no Período de 12 meses, a partir da emissão da apólice definitiva.

5.1.5.1. A apólice apresentada em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e nesse caso o prazo para pagamento previsto na Lei 14.133/2021 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

5.1.6. A contratada deverá providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

5.1.7. Nos casos de pagamento de sinistros à Contratante, o mesmo será efetuado por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida em nome do IPEA, em moeda nacional corrente, **no prazo de até 30 (trinta) dias após o acionamento da seguradora.**

5.1.8. Os quantitativos apresentados neste tempo referem-se a levantamentos das atuais condições do imóvel, sem previsão de acréscimos futuros.

5.1.9. Todos e quaisquer bens acrescidos ou incorporados ao patrimônio já existente do imóvel, na vigência do Contrato, deverão ser cobertos automaticamente pelo seguro, quando a soma dos valores desses bens forem inferior ou igual a 1% do valor total segurado. Igualmente, sempre que houver desincorporação de bens, na vigência do contrato, cuja soma dos valores desses bens forem superiores a 1% (um por cento) do valor segurado, ocorrerá a desincorporação dos respectivos valores do total segurado.

5.1.10. Os bens móveis poderão ser deslocados de um andar para outro imóvel, sem consulta à seguradora, sem perder suas condição de segurados e sem alteração nos valores segurados.

5.1.11. A ocupação do imóvel poderá ser modificada, em virtude de remanejamentos no espaço físico, sem importar, entretanto, mudanças das descrições físicas dos imóveis, ou nos valores segurados.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os bens patrimoniais mobiliários e imobiliários encontram-se nos seguintes endereços:

- a) O patrimônio mobiliário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada localizado na cidade do Rio de Janeiro, Endereço: Avenida Presidente Vargas, 730 - 16 ao 19 Andar Edifício Banco Central, Bairro: Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20000-001;
- b) O patrimônio mobiliário e imobiliário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), localizados na cidade de Brasília, Endereço: SEPS 702/902 CONJUNTO C, TORRES A e B, ASA SUL - Brasília-DF, CEP 70390-025.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Não se aplica na execução do objeto. Trata-se de contratação de seguro patrimonial mobiliário e imobiliário por meio de emissão de apólice.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. Deverão ser cobertos pelo seguro:

- a) O patrimônio mobiliário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada localizado na cidade do Rio de Janeiro, Endereço: Avenida Presidente Vargas, 730 - 16 ao 19 Andar Edifício Banco Central, Bairro: Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20000-001;
- b) O patrimônio mobiliário e imobiliário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), localizados na cidade de Brasília, Endereço: SEPS 702/902 CONJUNTO C, TORRES A e B, ASA SUL - Brasília-DF, CEP 70390-025.

5.4.1. O patrimônio imobiliário refere-se ao Edifício Brasília 50, situado no SEPS 702/902, Conjunto C, Torres A e B - Asa Sul - Brasília-DF, prédio comercial com área construída total de 33.617,5469m², de padrão construtivo médio, constituído de 2 (dois) pavimentos denominados subsolo, 1 (um) pavimento denominado semienterrado, 1(um) pavimento térreo e duas torres com 5 (cinco) pavimentos tipo e 1 (um) pavimento tipo cobertura cada, piso das áreas comuns em granito, fachada com revestimento em vidro laminado reflexivo e placas de granito.

5.5. Estão contemplados ainda:

5.5.1. Todas as suas instalações tais como: instalações elétricas, hidráulicas, elevadores, dentre outros;

5.5.2. Mobiliário, utensílios, máquinas e equipamentos, dentre outros;

5.5.3. Equipamentos de informática, tais como Servidores de rede e seus acessórios, microcomputadores, notebooks, scanners, impressoras, nobreaks, estabilizadores, dentre outros;

5.5.4. O Sistema estacionário composto de grupo gerador e subestação abrigada;

5.5.5. Os bens de almoxarifado, tais como material para escritório, para copa, bens de consumo de informática, dentre outros.

5.6. Descrição dos pavimentos e seus acabamentos básicos:

5.6.1. Torre A

Pavimento	Descrição
3º Subsolo	Destinados a estacionamento de veículos com 93 vagas, com área destinada a arquivo e depósito de livros. Os acabamentos são em piso cimentado, paredes de alvenaria rebocada, teto em laje sem reboco e com pintura; instalações aparentes com sistema de sprinklers. Possui área com Bombas do sistema de incêndio.
2º Subsolo	Destinados a estacionamento de veículos com 81 vagas, com área destinada a almoxarifado, depósitos, sala de brigada, salas de apoio e vestiários.. Os acabamentos são em piso cimentado, paredes de alvenaria rebocada, teto em laje sem reboco e com pintura; instalações aparentes com sistema de sprinklers. No 2º subsolo está a sala cofre em que está instalado o datacenter.
Semienterrado	Áreas de expedientes compreendendo escritórios fechados, escritórios abertos com estação de trabalhos, além de equipamentos e mobiliários de apoio. Neste pavimento está localizada a Biblioteca e o Arquivo Central. Os pisos são vinílico, paredes com reboco/pintura, forro em gesso acartonado com sistema de sprinklers. Os banheiros e copas possuem piso e revestimento em cerâmica e teto em gesso.
	Nível de acesso principal do prédio, onde estão localizados a recepção, protocolo, hall dos elevadores, auditório,

Térreo	escritórios fechados, salas de reuniões, escritório aberto com estações de trabalho, além de equipamentos e mobiliários de apoio. Os pisos são vinílico, paredes com reboco/pintura, forro em gesso acartonado com sistema de sprinklers. Os banheiros e copas possuem piso e revestimento em cerâmica e teto em gesso.
1º ao 5º andar	Áreas de expedientes compreendendo escritórios fechados, escritórios abertos com estação de trabalhos, além de equipamentos e mobiliários de apoio. Os pisos são vinílico, paredes com reboco/pintura, forro em gesso acartonado com sistema de sprinklers. Os banheiros e copas possuem piso e revestimento em cerâmica e teto em gesso.
Cobertura	Laje impermeabilizada, então localizadas neste pavimento caixas d'água e condensadoras de ar condicionados.

5.6.2. Torre B

Pavimento	Descrição
3º Subsolo	Destinado a estacionamento de veículos, com 108 vagas no total, sendo 3 vagas para PNE e 9 vagas para idosos, uma sala com 3 geradores. Os acabamentos são em piso cimentado, parede de alvenaria rebocada até o teto, instalações aparentes com sistema de sprinklers. No 3º subsolo, estão a subestação da NEO energia no espaço interno do Centro empresarial Brasília.
2º Subsolo	Destinado a estacionamento de veículos, com 96 vagas no total, sendo 2 vagas para PNE e 2 vagas para idosos, possui um bicicletário para 16 bicicletas, vagas para 10 vagas de motos, um vestiário masculino com 10 chuveiros quentes e 3 vasos sanitário e 4 miquitório, um vestiário feminino com 10 chuveiros quentes, 6 vasos sanitário, uma sala de limpeza para equipe do IPEA, uma sala de limpeza para equipe do IPHAN, uma pequeno refeitório para equipe geral, uma sala para a brigada, uma sala de equipe de manutenção, uma sala para o CFTV, uma sala de material reciclado com depósito de material de limpeza, uma sala de nobreak, uma sala de CPD.
Semienterrado	<p>Apresentam-se segmentados área de expediente compreendendo escritório aberto com estações de trabalho, salas de pesquisadores em meia altura em drywall até 1,80 e vidro, salas de estudo e reunião/multiuso com portas de madeira com visita em vidro todas com isolamento acústico com lã de rocha, e salas individuais com porta sem visita.</p> <p>O acabamento do piso é porcelanato de alto fluxo, paredes pintadas de branco e forro mineral com estrutura em alumínio branco.</p> <p>Os banheiros possuem acabamento similares os demais banheiros do prédio, quais sejam, box em vidro, bancada de granito com espelho, vaso com caixa acoplada embutida na parede, sensor de presença, exaustão de ar, piso e revestimento em cerâmica branca de primeira qualidade, e forro de gesso acartonado.</p> <p>Todos os ambientes com sprinklers, detector de fumaça, com difusores para renovação de ar, climatizada com ar-condicionado com tecnologia VRV, iluminação em plafom, iluminação de emergência com orientação de rota de fuga, acionador manual de sirene em cada pétala.</p> <p>No hall de cada andar, possui, copa, sala de DML (depósito material de limpeza) Sala técnica (contendo quadro elétrico estabilizado, quadro elétrico comum, quadro de ar-condicionado, quadro de automação, rack de lógica "GEPON"), portas de vidro dando acesso em cada pétala.</p>
Térreo	<p>Apresentam-se segmentados área de expediente compreendendo escritório aberto com estações de trabalho, salas de pesquisadores em meia altura em drywall até 1,80 e vidro, salas de estudo e reunião/multiuso com portas de madeira com visita em vidro todas com isolamento acústico com lã de rocha, e salas individuais com porta sem visita.</p> <p>O acabamento do piso é porcelanato de alto fluxo, paredes pintadas de branco e forro mineral com estrutura em alumínio branco.</p> <p>Os banheiros possuem acabamento similares os demais banheiros do prédio, quais sejam, box em vidro, bancada de granito com espelho, vaso com caixa acoplada embutida na parede, sensor de presença, exaustão de ar, piso e revestimento em cerâmica branca de primeira qualidade, e forro de gesso acartonado.</p>

	<p>Todos os ambientes com sprinklers, detector de fumaça, com difusores para renovação de ar, climatizada com ar-condicionado com tecnologia VRV, iluminação em plafom, iluminação de emergência com orientação de rota de fuga, acionador manual de sirene em cada pétala.</p> <p>No hall de cada andar, possui, copa, sala de DML (deposito material de limpeza) Sala técnica (contendo quadro elétrico estabilizado, quadro elétrico comum, quadro de ar-condicionado, quadro de automação, rack de logica “GEPON”), portas de vidro dando acesso em cada pétala.</p>
1º ao 5º andar	<p>Apresentam-se segmentados área de expediente compreendendo escritório aberto com estações de trabalho, salas de pesquisadores em meia altura em drywall até 1,80 e vidro, salas de estudo e reunião/multiuso com portas de madeira com visita em vidro todas com isolamento acústico com lâ de rocha, e salas individuais com porta sem visita.</p> <p>O acabamento do piso é porcelanato de alto fluxo, paredes pintadas de branco e forro mineral com estrutura em alumínio branco.</p> <p>Os banheiros possuem acabamento similares os demais banheiros do prédio, quais sejam, box em vidro, bancada de granito com espelho, vazo com caixa acoplada embutida na parede, sensor de presença, exaustão de ar, piso e revestimento em cerâmica branca de primeira qualidade, e forro de gesso acartonado.</p> <p>Todos os ambientes com sprinklers, detector de fumaça, com difusores para renovação de ar, climatizada com ar-condicionado com tecnologia VRV, iluminação em plafom, iluminação de emergência com orientação de rota de fuga, acionador manual de sirene em cada pétala.</p> <p>No hall de cada andar, possui, copa, sala de DML (deposito material de limpeza) Sala técnica (contendo quadro elétrico estabilizado, quadro elétrico comum, quadro de ar-condicionado, quadro de automação, rack de logica “GEPON”), portas de vidro dando acesso em cada pétala.</p>
Cobertura	Composta por 14 evaporadoras na pétala “A e B” e 1 máquina de sistema de renovação de ar, e 16 evaporadoras na pétala “C e D” e 1 máquina de sistema de renovação de ar.

5.6.3. Área Comum

Pavimento	Descrição
Semienterrado	Refeitório com capacidade para 160 pessoas.
Térreo	Recepção, 01 elevador de acesso ao refeitório, 4 banheiros PNE.

5.7. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos abaixo descritos:

5.7.1. Cobertura básica: Incêndios e explosões de qualquer natureza, independentemente do local de sua origem, queda de raio e de aeronave na área da edificação que cause qualquer dano aos bens segurados;

5.7.2. Coberturas acessórias:

- a) Alagamento/inundação;
- b) Vendaval, ciclone, tornado e granizo e quebra de vidros;
- c) Danos elétricos;
- d) Derrame de chuveiros automáticos - sprinklers;
- e) Vazamento de tubulações e tanques.

5.8. Não há registro de sinistro anterior.

5.9. Tanto o IPEA quanto o IPHAN possuem, em seus serviços de apoio, equipe de brigadistas (bombeiros civis) devidamente capacitados conforme exigências em Nota Técnica nº007/2021 do CBMDF ou outra que vier a substituí-la, bem como de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva. Além disso, possui sistemas protecionais contra incêndio e roubo no local, tais como sistema de combate a incêndio com sprinklers e extintores, sistema de detecção de fumaça, sistema de proteção de descarga atmosférica, brigada, CFTV e segurança.

5.10. Fica assegurado ao licitante o direito de vistoriar o imóvel para confecção da proposta, conforme itens 4.7 a 4.10 deste Termo de Referência.

5.11. Valor do bem segurado:

Quadro 1 – COBERTURA BÁSICA

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR DO RISCO DECLARADO (R\$)
01 - Torre A (IPHAN)+ 50% áreas comuns	Imóvel	119.500.000,00
	Mobiliário, utensílios, máquinas e equipamentos	7.700.000,00
	Equipamentos de informática	7.300.000,00
02 - Torre B (IPEA) + 50% áreas comuns	Imóvel	119.502.971,40
	Mobiliário, utensílios, máquinas e equipamentos	5.816.167,01
	Equipamentos de informática	11.210.768,45
03 - Comum às duas torres	Grupo Gerador	483.427,50
VALOR TOTAL DECLARADO IPEA E IPHAN - DF		271.513.334,36
04- Ipea RJ	Mobiliário, utensílios, máquinas e equipamentos	5.604.933,35
VALOR TOTAL DECLARADO IPEA - RJ		5.604.933,35
TOTAL GERAL		277.118.267,71

Quadro 2 – COBERTURAS ACESSÓRIAS IPEA E IPHAN - BRASÍLIA - DF

ITEM	DESCRIÇÃO
01 - Torre A (IPHAN)+ 50% áreas comuns 02 - Torre B (IPEA)+ 50% áreas comuns 03 - Comum às duas torres	Danos elétricos
	Alagamento e inundações
	Quebra de vidros
	Derrame ou vazamento de sprinklers
	Vendaval, ciclone, tornado e granizo
	Responsabilidade Civil

Quadro 3 – COBERTURAS ACESSÓRIAS IPEA - RIO DE JANEIRO - RJ

ITEM	DESCRIÇÃO
04 - Ipea RJ	Danos elétricos
	Alagamento e inundações
	Quebra de vidros
	Derrame ou vazamento de sprinklers
	Vendaval, ciclone, tornado e granizo
	Responsabilidade Civil

5.12. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviço comum e possui padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado.

5.13. O serviço de seguro predial possui natureza continuada e justifica-se em razão da apólice de seguros proporcionar coberturas: contra incêndio, explosões improprias e danos elétricos, quebra de vidros, evitando possíveis prejuízos, sendo que uma eventual ausência da apólice de seguros poderá causar prejuízos incalculáveis para Administração, gerando custos adicionais e consequentemente paralisação das atividades gerais da administração pública.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.14. Não haverá exigência de garantia do serviço. Trata-se de contratação de seguro patrimonial mobiliário e imobiliário por meio de emissão de apólice.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Considerando tratar-se de emissão de apólice de seguro patrimonial em favor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, não há a necessidade de após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 6.7.5.1. No caso de prorrogação contratual, fica a Contratada obrigada a apresentar nova apólice de seguro 03 (três) meses antes do vencimento da apólice vigente, para análise em tempo hábil e cumprimento de nova vigência a partir do dia e do horário imediatamente seguintes à expiração da apólice anterior.
- 6.7.5.2. O serviço de gestão patrimonial da contratante apresentará à Contratada o Valor em Risco Declarado (VRD), para fins da apresentação da nova apólice.
- 6.7.5.3. A taxa de prêmio, também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.
- 6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- 6.8. O fiscal técnico, em sua função administrativa do contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).
- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).
- 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).
- 6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- 6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).
- 6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).
- 6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.13. Não há necessidade de se manter preposto no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, considerando tratar-se de contratação de prestação de serviços de emissão de apólice de seguro patrimonial.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto não se aplica, pois trata-se de contratação de seguro patrimonial mobiliário e imobiliário por meio de emissão de apólice de seguro em favor do IPEA.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega da apólice, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico, na proposta e na Apólice, **no prazo de 02 (dois) dias, pelo fiscal técnico**, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Arts. 117 e 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22 X e 23 do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.1. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 22, X, e 23, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.2. Não há necessidade de fiscal setorial do contrato para realizar o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente, por meio da emissão de apólice de seguro, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. A apólice de seguro de bens móveis, imóveis e de consumo adotada pela Contratada deverá conter, impreterivelmente, que o prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros não seja superior a 30 (trinta) dias.

7.9.1. A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens móveis e imóveis objeto deste Projeto Básico.

7.10. Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela Contratante e processada pela Contratada, mediante endosso.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.27. É vedada a incidência de IOF, com base no Decreto nº 6.306/2007.

Cessão de crédito

7.28. Não se aplica. Trata-se de contratação de seguro patrimonial mobiliário e imobiliário, com emissão de apólice por parte do contratado ao contratante.

7.28.1. Considerando ser a **cessão de crédito** um negócio jurídico no qual uma pessoa que tem dinheiro a receber **pode** transferir esse valor a um terceiro, o objeto do contrato não se aplica por trata-se de apólice de seguro em favor do IPEA.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Considerando o § 1º do artigo 1º do Decreto nº 59.417/66, na formalização dos seguros previstos neste artigo, é vedada a intervenção de corretores ou administradores de seguros sob qualquer forma, no ato da contratação e enquanto vigorar o ajuste, objeto deste Termo de Referência.

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. A contratada deverá apresentar Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade de 60 (sessenta) dias, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.25.1. O percentual acima foi definido considerando o risco do objeto da referida contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.28. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, tendo em vista o valor global dos riscos objeto desta contratação.*

Qualificação Técnica

8.29. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.29.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.29.1.1. *Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante possui experiência mínima de 03 (três) anos e que prestou, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.*

8.29.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Diante da oscilação do valor do produto/serviço a ser contratado, o orçamento sigiloso poderá ser de grande utilidade, vez que forçará o fornecedor a oferecer, no escuro, o seu melhor preço.]

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 11302/113601;

II) Fonte de Recursos: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;

III) Programa de Trabalho: PTRES 168.782;

IV) Elemento de Despesa: 33903969;

V) Plano Interno: PI 100ADMINIBR

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GEOVA PARENTE FARIAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/04/2023 às 15:04:30.

MANOEL DE RIBAMAR CARDOSO BARROSO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/04/2023 às 09:53:16.

MARINESIA LEMOS SOUTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2023 às 17:03:48.